

tempo, sendo portanto responsável pela introdução entre nós de uma série de inovações características já da arquitetura gótica. Vários autores reconhecem que a igreja de Alcobaça se inspirou em Claraval III, bem como a existência de semelhanças entre esta igreja e a de Pontigny, cuja renovação terminava quando se começou a edificar o mosteiro português.

A igreja de três naves e transepto saliente tem charola dotada de deambulatório com suas capelas radiais. É totalmente abobadada, com cobertura de cruzaria, sendo as arcadas das laterais peraltadas. A planimetria da igreja, conjugada com elementos estruturais de que destacamos a presença de arcobotantes, a redução da espessura dos muros e a redução dos contrafortes a simples colunas adossadas, confirmam a novidade da fábrica de Alcobaça. Contudo, há evidentes sinais que mostram que houve alterações ao nível da obra e que visaram, nas palavras de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, goticizar mais a arquitetura. Tal dever-se-á à chegada de um novo mestre ainda antes de estarem terminadas as obras da cabeceira, pelo que se identificam claras diferenças entre as nervuras da charola e as da capela-mor e transepto. Além disso, persistem ainda capitéis que se aproximam da estética de Coimbra na cobertura do transepto e naves.

Considerado um dos grandes estaleiros da idade média portuguesa, o mosteiro de Alcobaça é ainda hoje um dos mais monumentais conjuntos que permite documentar e compreender a dinâmica dos espaços monásticos. A norte da igreja edificou-se o seu claustro, aspeto justificado por problemas de saneamento das águas. Em torno dele distribuem-se as dependências monásticas edificadas durante o século XIII como a Sala do Capítulo, a Sacristia, o Dormitório, a Sala dos Monges e o Refeitório. No transepto persistem os notáveis túmulos de D. Pedro e D. Inês, peças magistrais da tumulária gótica, erguidos no transepto e voltados um para o outro.

A atividade do *scriptorium* do mosteiro de Alcobaça, a vastidão da sua biblioteca e a dedicação dos seus monges ao ensino testemunham a dinâmica da comunidade. Desde a segunda metade do século XIII, os monges fundaram escolas

públicas não só para o ensino de religiosos, mas abertas ao exterior. O *scriptorium* de Alcobaça se bem que idealizado e concretizado segundo os moldes de Claraval, manifestava também uma estreita relação com o meio local. Sob a orientação de um responsável, aí trabalhava um grupo de copistas a quem se associavam iluminadores e encadernadores.

O mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi classificado como Monumento Nacional em 1907 e inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO em 1989. É considerado o mais importante monumento cisterciense em Portugal e um dos melhor conservados à escala europeia.

No Museu Nacional de Arte Antiga expõem-se três cálices provenientes do Mosteiro de Alcobaça. Vd. Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa) - Cálice doado pela rainha D. Dulce ao mosteiro de Alcobaça (MNAA 89 Our); Cálice do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (90 Our); Cálice do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (91 Our).

Na Biblioteca Nacional de Portugal está em depósito o acervo da Livraria do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça que integra 461 códices, cerca de 160 dos quais iluminados e produzidos no último quartel do século XII e primeiro quartel do seguinte, de que destacamos as Bíblias Alcobacenses e o Beato de Alcobaça. Vd. Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa) – *Scriptorium* e Livraria de Santa Maria de Alcobaça. Bíblias Alcobacenses e Beato de Alcobaça.

Texto: MLB/JL - Fotos: JNC

Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F. e BARROCA, M.J., 2002, pp. 34-42; ALMEIDA, F., 1971, IV, p. 129; ANTT, MEM. PAROQ. 1758, vol. II, n.º 5, pp. 19-46; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 97 (de 1152, setembro, 21); Insc. n.º 151 (de [1174-1198]); Insc. n.º 152 (de [1174-1198]); Insc. n.º 157 (de 1178, maio, 10); Insc. n.º 289 (de 1223, agosto, 6); Insc. n.º 516 (de 1308, abril, 6); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 115 (de 1152, setembro, 21); Insc. n.º 173 (de [1174-1198]); Insc. n.º 174 (de [1174-1198]); Insc. n.º 179 (de 1178, maio, 2 ou 10); BOISELLIER, S., 2012, p. 183; COCHERIL, M., 1989, pp. 19-80, 90-91, 103; GEPIB, 1935-60, I, pp. 799-805; MARQUES, J., 2006, pp. 277-313; NASCIMENTO, A.A., 2018, pp. 107-152; RODRIGUES, J., 2007, pp. 11-16, 55, 91-93; ROSAS, L.M.C., 1995, II, pp. 25-37; SIPA; SOUSA, B.V., 2016, pp. 105-108.

Mosteiro de Santa Maria - Jacente da Rainha D. Urraca

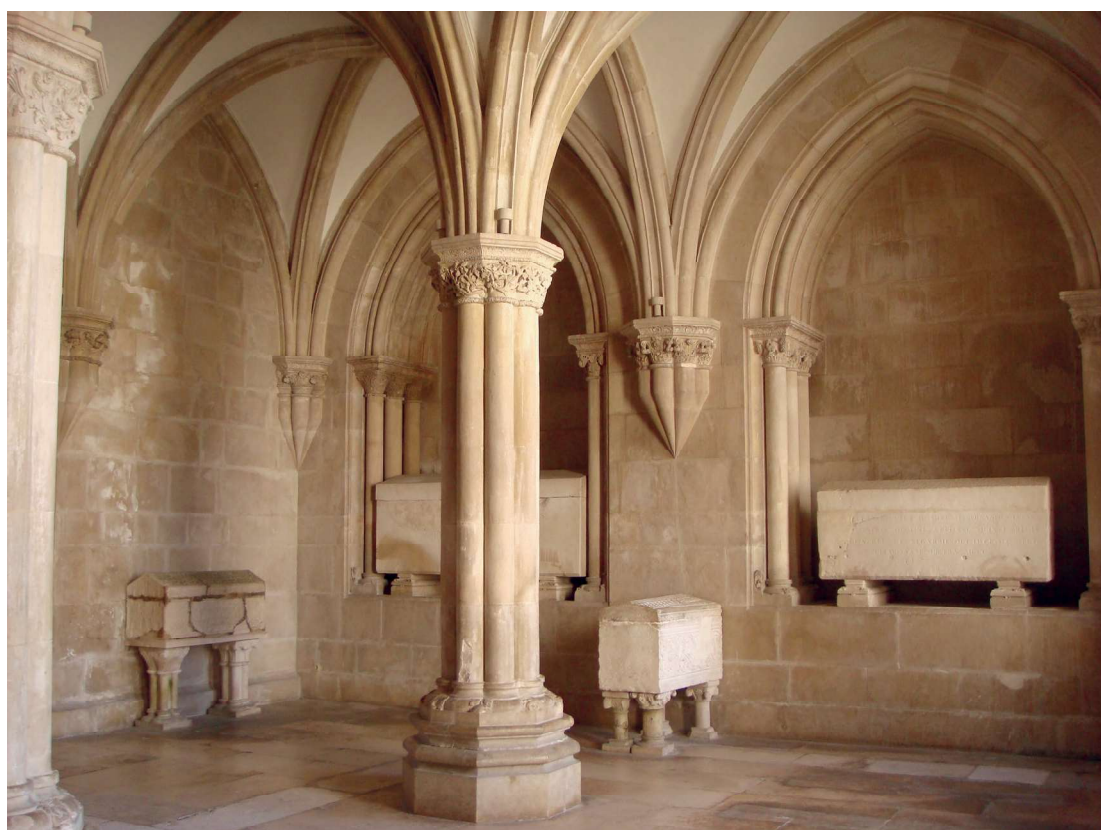
ENTRANDO NA ABADIA DE ALCobaça, e dirigindo-se para a zona do transepto, o visitante deparará, no braço sul, com a Sala dos Túmulos, uma construção neogótica erguida segundo projeto do inglês William Elsdon executada por volta de 1770. Este espaço, pioneiro na arquitetura

neogótica em Portugal, foi criado para albergar os túmulos dos reis, rainhas e infantes que, desde a demolição da galilé de Alcobaça, no primeiro quartel do século XVI, no tempo do abade D. Jorge de Melo (1505-1519), tinham sido deslocados para junto da capela de São Bernardo, no transepto

da abadia. A transferência dos túmulos reais para a nova Sala dos Túmulos ocorreu no reinado de D. Maria I, em 1784, quando as novas instalações já estavam concluídas. Penetrando no interior deste espaço, à sua direita, soerguido sobre pilaretes, encontra-se o túmulo com estátua jacente de D. Urraca, rainha de Portugal.

D. Urraca de Castela era filha de Afonso VIII de Castela e de Leonor de Inglaterra. Era, pelo lado paterno, neta de Sancho III de Castela e da rainha D. Branca, e, pelo lado materno, neta de Henrique II, Plantageneta, e de Leonor da Aquitânia, reis de Inglaterra. A infanta D. Urraca deve ter nascido por volta de 1186-1187 (seguramente antes de 28 de maio de 1187). Casou com D. Afonso, infante de Portugal, nascido na mesma altura, que viria a ser rei com o título de Afonso II. Segundo Hermínia Vilar, o casamento teve lugar em Coimbra algures entre novembro de 1208 e fevereiro de 1209, ou seja, quando os dois consortes já tinham 22 anos, uma idade relativamente avançada para a época. A rainha começa a aparecer mencionada na documentação portuguesa a partir de 25 de fevereiro de 1209. Desta união resultaram quatro filhos: D. Sancho (futuro Sancho II, nascido nos finais de 1209 ou inícios de 1210; rei de Portugal entre 1223 e 1245-48), D. Leonor (nascida em 1211 e referida na documentação a partir de julho desse ano; rainha da Dinamarca pelo seu casamento com Valdemar III), D.

Afonso (futuro Afonso III; nascido em finais de 1216 ou inícios de 1217, mencionado nos documentos a partir de maio desse ano; Conde de Boulogne e, depois, rei de Portugal, entre 1248 e 1279) e D. Fernando (nascido em 1218 e referido nos documentos a partir de março desse ano; Senhor de Serpa). Desta forma, quando D. Urraca foi coroada rainha de Portugal, em março de 1211, ao lado de seu marido, Afonso II, já a descendência varonil estava assegurada. Dos doze anos que viveu em Portugal pouco mais se conhece do que a descendência que originou. Sabemos, ainda, que redigiu testamento a 15 de junho de 1214, elegendo o mosteiro de Santa Maria de Alcobaça para local de sua sepultura. Foi acompanhada, nesta decisão, pelo seu marido que, no seu primeiro testamento, redigido poucos dias depois, a 27 de junho de 1214, também escolheu Alcobaça para local de sepultura. Esta opção pelos cistercienses contrasta com as decisões dos monarcas anteriores (D. Afonso Henriques, D. Sancho I, suas mulheres e infantes), que tinham sido enterrados em Santa Cruz de Coimbra. D. Urraca viria a falecer seis anos mais tarde, a 3 de novembro de 1220, tendo recebido sepultura na abadia de Santa Maria de Alcobaça, instituição beneficiada no seu testamento com 2.000 maravedis. Trata-se da mais importante verba destinada pela rainha a uma instituição religiosa, suplantando, mesmo, as verbas atribuídas às dioceses do reino.



Aspeto geral da Sala dos Túmulos, panteão neogótico erguido nos finais do séc. XVIII

O túmulo, com estátua jacente, foi destinado à galilé ou capela dos Reis, uma estrutura construída à esquerda de quem entrava na abadia de Alcobaça, no espaço onde hoje se localiza a "sala dos Reis". Este panteão real foi recebendo, sucessivamente, os túmulos de D. Urraca (f. 1220) e de D. Afonso II (f. 1223), de D. Afonso III (f. 1279; trasladado em 1289) e de D. Beatriz (f. 1300), dos infantes D. Vicente (f. 1268), D. Fernando (f. 1269) e de D. Sancha (f. 1302) (todos filhos de Afonso III e de D. Beatriz), assim como os célebres túmulos de D. Pedro I e de Inês de Castro. A galilé foi demolida por decisão do abade D. Jorge de Melo (1505-1519), por alegadamente estar em mau estado de conservação, sendo os túmulos reais deslocados para o transepto da igreja monástica. A partir deste momento instalou-se alguma confusão na identificação dos túmulos. Com efeito, as pequenas arcos dos infantes não apresentam qualquer identificação, não se sabendo a quem correspondem. E a identificação dos túmulos de D. Urraca ou de D. Beatriz, que não tinham inscrição (como sublinhava Fr. Jerónimo de Román, em 1589), começou a ser insegura. Este cronista castelhano sugere que o túmulo de D. Beatriz, mulher de Afonso III, fosse o monumento "bem levantado" e "rodeado de muitas imagens e histórias dos testamentos e em cima o seu vulto". Os termos de esta descrição adequam-se ao sarcófago que aqui abordamos, e que identificamos como sendo de D. Urraca. A confusão instalada levou os monges alcobacenses a mandarem gravar duas inscrições, modernas, consagrando a identidade. Estes dois letreiros, criados pouco depois de D. Francisco Brandão ter concluído a redação do volume da *Monarquia Lusitana*, em 1675, acabariam por consagrar a identificação do sarcófago como sendo "de D. Beatriz". Ao longo do lateral direito, que foi muito mutilado pelos soldados franceses em 1810, podemos ler:

D. BEATRIX REGINA PORT. VXOR ALFONSI 3 CODITVR HIC AB ANO CIRCITER . 1304

E, no topo lateral correspondente aos pés, gravou-se letreiro com conteúdo similar:

D. BEATRIX R. P. VXOR ALF. 3 / ANO 1304

Nos dois letreiros regista-se o ano de 1304 como o da morte da rainha D. Beatriz, tal como Fr. Francisco Brandão defendera na *Monarquia Lusitana*, embora hoje se saiba que a rainha faleceu a 7 de fevereiro de 1300.

A atribuição deste monumento a D. Beatriz foi acompanhada pela atribuição, paralela, de outro arcaz, de feitura moderna, a D. Urraca: uma arca de grandes dimensões, em calcário, que se encontra embutida em nicho próprio, e onde se gravou a inscrição:

[...] VXOR REGIS ALFONSI 2 / IACET HIC ANNO 1220.

Este talvez não fosse o primeiro cenotáfio associado à mulher de Afonso II porque, em 1760, quando Thomas Pitt visitou a abadia, registou os túmulos da família real portuguesa no transepto de Alcobaça e, pelo esquisso que o arquiteto inglês nos deixou, percebemos que a inscrição que identificava o túmulo de Urraca estava pintada (ou gravada) no topo menor de um sarcófago sustentado por colunelos e com tampa pentagonal. Nele se lia:

D. URRACHA. REGINA. UXOR. REGIS. ALPHONSI. II. IACET. HIC. ANNO. 1220.

As diferenças entre as grafias dos letreiros e a morfologia dos sarcófagos (o desenhado por Pitt sustentado por colunelos, com tampa pentagonal e inscrição gravada no topo menor; o sobrevivente com tampa lisa, arca pousada sobre pequenas bases e com inscrição gravada ao longo do lateral maior) parece revelar a existência de diferentes cenotáfios.

Por essa altura, a Sala dos Túmulos ainda não tinha sido planeada. Mas, volvida uma década, o abade trienal D. Manuel de Mendonça encomendaria ao engenheiro inglês William Elsdon o risco para este espaço. Segundo Regina Anacleto, a construção teria sido erguida por volta de 1770 e a transferência dos túmulos ocorreu em 1784 (depois de uma visita de D. Maria I, em 1782). Quando James Murphy passou por Alcobaça, em 1789-90, já visitou os monumentos funerários da família real portuguesa na Sala dos Túmulos, acrescentando que a construção tinha sido erguida uns 18 anos antes.

Registemos, por fim, que os túmulos reais de Alcobaça foram barbaramente mutilados pelos soldados franceses comandados por Jean-Baptiste Droüet, Conde d'Erlon, em 1810. Depois da passagem dos exércitos napoleónicos, os monges alcobacenses apressaram-se a rematar e fechar os monumentos funerários, colocando no seu interior os poucos despojos que deles sobravam. As graves mutilações são bem perceptíveis nos vários sarcófagos.

É tempo de abordar o monumento que nos ocupa e de justificar a sua atribuição a D. Urraca, rainha de Portugal e mulher de D. Afonso II. O túmulo em questão é uma arca densamente ornamentada. A sua tampa, de secção pentagonal, apresenta, escavada nesse volume, uma estátua jacente da rainha, concebida num relevo muito plano. A rainha, ostentando coroa, repousa com a cabeça apoiada sobre uma almofada. Para além da coroa, a rainha apresenta um véu soqueixado. A sua face é a de uma mulher jovem. As mãos foram representadas pousadas cruzadas sobre o peito. D. Urraca enverga um longo vestido, com pregas retilíneas, muito paralelas, simétricas e pouco naturais. No

tronco da rainha as pregas são estreitas e densas, mas a partir da cintura alargam-se mais e, nas zonas das pernas, para transmitir a noção de volumetria, esculpiram-se pregas em V. Um cinto longo cinge o vestuário ao corpo da rainha e dele pende, no lado esquerdo, uma bolsa ou esmoleira. O vestuário da rainha é rematado por uma longa capa, que, também dominada por pregas verticais e paralelas, cai quase até aos pés. Apesar do tratamento dado ao vestuário, e ao pregueado, que se afasta muito do realismo, a escultura não deixa de revelar uma qualidade excecional. Sublinhemos, desde já, que se trata do mais antigo jacente conhecido em Portugal.

A arca apresenta todas as suas faces ornamentadas. A decoração foi realizada com o monumento encerrado: os motivos da arca prolongando-se pela secção lateral da tampa. Ao longo dos laterais maiores iconografaram-se Cristo e os Doze Apóstolos: no lateral direito, muito mutilado pela fúria dos soldados napoleónicos, encontravam-se sete nichos, o central abrigando a figura de Cristo (de que sobrevive apenas a metade inferior, com as pernas cruzadas), ladeado por três Apóstolos de cada lado; no lateral do lado esquerdo, que se conserva em bom estado, alinham-se os restantes seis Apóstolos. Os nichos, com arcos de volta perfeita, enquadram as figuras dos Apóstolos que, numa tentativa de quebrar a monotonia, se retrataram em diferentes atitudes, uns segurando o Livro, outros uma filacteria, outros simples dísticos. Infelizmente nenhum ostenta elementos iconográficos que permitam uma identificação mais precisa.

No topo da cabeceira foi representado o *Pantocrator*: Cristo sentado no trono, segurando o Livro e erguendo a mão direita em sinal de bênção, numa representação enquadrada dentro de uma moldura quadrilobada. Acompanham a moldura os símbolos apocalípticos dos quatro Evangelistas: em cima, São Mateus (Homem) e São João (Águia); em baixo, São Marcos (Leão) e São Lucas (Touro) (Eze. 1:10; Apoc. 4:7).

No facial dos pés encontramos a cena-chave para a datação deste notável monumento. Trata-se de uma *cena de lamentação*, na qual se representou o monarca chorando a morte da rainha, sua esposa, ladeado pelos seus filhos. O rei foi representado ao centro, dominando toda a cena, sentado no trono e coroado. As vestes, longas, apresentam pregueados afins aos das representações dos Apóstolos (os seis do lateral esquerdo ou a última figura do lateral direito, sobrevivente), da imagem de Cristo (no topo da cabeceira) ou da própria estátua jacente da rainha. Todas as esculturas revelam a mão do mesmo artista, nada justificando uma pretensa atribuição das esculturas a duas mãos distintas ou, até, a dois momentos separados no tempo, como



Estátua jacente de D. Urraca, esculpida na tampa do sarcófago

Pormenor da efígie da rainha





Lateral esquerdo, com a representação de seis Apóstolos

já foi sugerido. O monarca coloca a mão direita sobre o coração e eleva a mão esquerda para a face, arranhando-a ou arrancando os pelos da barba (que alguns autores também negaram, alegando inclusive poder tratar-se de uma figura feminina e não masculina...). Ladeiam o monarca cinco figurinhas menores. Quatro delas são os seus filhos, infantes, que choram a morte de sua mãe: o infante D. Sancho (que à data do óbito teria *circa* de 10 anos de idade), a infanta D. Leonor (com 8 ou 9 anos), o infante D. Afonso (com 3 anos) e o infante D. Fernando (com apenas 2 anos). Todos exteriorizam a dor com gestos bem conhecidos da iconografia medieval: arrancando cabelos ou arranhando as faces. Uma quinta, e enigmática, figura, de gestualidade mais contida, foi identificada por Manuel Real como sendo a Ama do infante D. Fernando. O interesse histórico e a qualidade plástica desta cena não podem deixar de ser sublinhados: estamos perante o primeiro "retrato" da família real portuguesa, chorando a morte da rainha.

A opinião dos investigadores tem-se dividido quanto à identificação da rainha a quem se destinava o túmulo de Alcobaça. Carlos Alberto Ferreira de Almeida sugeriu,

e José Custódio Vieira da Silva e Joana Ramôa de Melo têm vindo a sustentar, que o monumento se destinava a D. Beatriz Afonso ou Beatriz de Castela, rainha viúva de D. Afonso III, aceitando de forma literal a informação veiculada pelas inscrições aduzidas ao túmulo em 1675. Manuel Luís Real, Mário Barroca, Carla Varela Fernandes e Maria José Goulão têm vindo a defender, na esteira do primeiro autor, que o túmulo alcobacense se destinava a D. Urraca. Registemos que em 1908 Walter Crum Watson já tinha compreendido as incongruências cronológicas da atribuição epigráfica, referindo que *o túmulo assente sobre quatro colunas de fustes anelados não foi feito para a própria D. Beatriz, mas para outra pessoa, um século atrás*. Com efeito, não é plausível que este sarcófago fosse encomendado por ou para D. Beatriz. A rainha sobreviveu 21 anos à morte de seu marido D. Afonso III (ocorrida a 16 de fevereiro de 1279), só tendo falecido a 7 de fevereiro de 1300. Que sentido faria a rainha viúva ter, aos pés do seu moimento, o monarca (falecido 21 anos antes) a chorar a sua morte, acompanhada pelos jovens infantes seus filhos retratados ainda como crianças, sendo todos eles, na altura, adultos (um deles, D.



Cena de lamentação pela morte da rainha, esculpida no topo dos pés do sepulcro

Dinis, era mesmo o monarca em exercício...)? De resto, nem sequer a composição do túmulo tem correspondência com o agregado familiar – conhecem-se oito descendentes que resultaram do casamento de D. Beatriz com D. Afonso III e o túmulo alcobacense representa o monarca rodeado por cinco figurinhas –. A insistência de alguns autores nesta atribuição cronológica, tão gritantemente contraditória com as evidências iconográficas e estilísticas, torna-se incompreensível. Para além dos elementos iconográficos, nomeadamente no sentido a atribuir à cena da lamentação, devem também ser ponderados argumentos de ordem estilística: analisado no conjunto dos jacentes portugueses, o túmulo de Alcobaca seria estranhamente arcaico se fosse uma obra criada em 1300 (ou mesmo por volta de 1289, como foi sugerido por J. R. Melo, para, numa tentativa de recuar a data do moimento, fazer coincidir a sua encomenda com a trasladação do corpo de D. Afonso III para Alcobaca). Bastará invocar o exemplo do monumento de D. Rodrigo Sanches (f. em 1245), cujo moimento resultou de encomenda de sua irmã, D. Constança, cerca de 1263, ou dos túmulos dos bispos de Coimbra, para nos



Pantocrator acompanhado pelo Tetramorfo, no topo da cabeceira do sepulcro

apercebermos como seria absolutamente impossível que o monumento de uma rainha de Portugal falecida em 1300 representasse um retrocesso estilístico tão grande em relação a arcos criados para elementos destacados da sociedade portuguesa mas não integrantes da família real. De resto, se fosse de D. Beatriz, o túmulo resultaria de uma encomenda da própria rainha ou de seu filho, herdeiro da coroa, em exercício então? Fosse encomenda da rainha ou do próprio D. Dinis, como explicar os arcaísmos tão flagrantes? Bastará comparar a arca alcobacense com o monumento funerário de D. Dinis, em São Dinis de Odivelas, ou da rainha D. Isabel de Aragão, em Santa Clara de Coimbra, para compreender as incongruências estilísticas, absolutamente impossíveis. Pelo contrário, sendo de D. Urraca, estamos perante a única rainha que, no segundo século da história portuguesa, faleceu antes de seu marido e que foi enterrada em solo português. A composição do agregado familiar é sensivelmente coerente com os dados genealógicos conhecidos, apenas diferindo numa figurinha, que poderá ter outra explicação (uma ama de leite? ou algum infante nascido entre 1211 e 1217, naquele

misterioso lapso de tempo em que não se conhecem filhos do casal régio?). Com esta cronologia os problemas de "arcaísmo" da peça ficam resolvidos, transformando-se numa obra de vanguarda para a sua época, consentânea com o estatuto real da inumada. Assim sendo, o sarcófago terá resultado de encomenda realizada por seu marido, D. Afonso II, algures entre o passamento da rainha, ocorrido a 3 de novembro de 1220, e a morte do próprio monarca, que sobreveio a 25 de março de 1223. Esta cronologia confere uma acrescida importância ao monumento de Alcobaça: por ser o primeiro jacente português conhecido; por ser o monumento inaugural do segundo panteão real português; por ser, ainda, o monumento que inaugura, em Portugal, uma tipologia de arcazes com os laterais estruturados por edículas, que tanto sucesso veio a alcançar na tumulária medieval portuguesa; por apresentar o mais antigo "retrato" da família real portuguesa; e por se assumir como um comovedor documento sobre as atitudes individuais e coletivas perante a Morte, nomeadamente na adoção de uma gestualidade específica e teatralizada para exteriorizar a dor. Em suma, um monumento ímpar para a cultura portuguesa.

Texto: MJB - Fotos: JNG

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F. e BARROCA, M.J., 2002, pp. 215-217; ANACLETO, R., 2000, pp. 307-318; BARROCA, M.J., 1991, n.º 50, pp. 158-160; BARROCA, M.J., 1997, pp. 655-684; CORREIA, V., 1924b, pp. 157-158 (da reed. de 1978); CORREIA, V., 1929a, pp. 5 e 11-12 (da reed. de 1978); CORREIA, V., 1929b, pp. 31-33 (da reed. de 1978); CORREIA, V., 1929c, pp. 54-56 (da reed. de 1978); FERNANDES, C.V., 2004, II, pp. 850-866; FERNANDES, C.V., 2017, pp. 387-411; GOULÃO, M.J., 2009, pp. 48-49; MELO, J.R., 2012, I, pp. 173-249; MELO, J.R., 2015, pp. 61-88; MELO, J.R., 2018, pp. 329-331; NETO, M.J.B., 2000, pp. 271-282; NETO, M.J.B. *et alii*, 2006; REAL, M.L., 1986c, pp. 80-82; SÁ-NOGUEIRA, B., 2012, pp. 211-296; SILVA, J.C.V., 2003, pp. 57-65; VILAR, H., 2005, pp. 52-55 e 307-317.